“O Processo” em processo: uma leitura psicossocial do romance kafkiano

Ana Luíza Júlio¹

Resumo:

Não há dúvidas: o pesadelo, neste romance kafkiano, começa no despertar pois assim inicia a trama vivida pelo Sr. Joseph K., protagonista de “O Processo”. Este escrito de 1914 de Kafka, ainda que, pelo contexto, denuncie uma experiência soviética, reflexo de uma realidade densa, impessoal e essencialmente burocrática, é ainda em meados de 2012, exatos 98 anos passados, merecedor de nossa atenção. Pensa-se que há dois grandes pilares que sustentam as relações sociais trazidas em pauta neste romance: um deles, o direito e toda a profusão de valores e possibilidades que esta instituição da legalidade oportuniza; o outro, a psicologia, trazendo consigo a tentativa de conhecer o ser humano em sua subjetivação e na concepção de saúde mental. A partir desta visão, propomos pensar as condições para que o sujeito mantenha a sanidade, mesmo em um ambiente burocraticamente insano. Estas condições são, neste romance, construídas, o tempo todo, pelo Sr. Joseph K., que, contrariando aos ditames da época, questionou, apontou, criticou e, fundamentalmente, falou num movimento contrário ao esperado. É, portanto, através da fala do Sr. Joseph K. que buscaremos a compreensão da dimensão contemporânea deste romance.

Palavras-chave: saúde mental, direito, psicologia e burocracia

Abstract:

There is no doubt: the nightmare, this novel kafkanian, begins the wake because the plot starts well experienced by Mr. Joseph K., the protagonist of "The Process". This Kafka's writing from 1914, though, the context, reports a Soviet equivalent experience, reflection of a reality dense, essentially impersonal and bureaucratic, is still in mid-2012, exactly 98 years ago, worthy of our attention. It is thought that there are two main pillars that sustain social relations brought on the agenda in this novel: one, the right and the whole multitude of possibilities and values that this institution legality of nurture, the other, psychology, bringing the attempted know the human being in his conception of subjectivity and mental health. From this vision, we propose to consider the conditions that the subject keep his sanity, even in a bureaucratically insane. These conditions are, in this novel, constructed, all the time, by Mr. Joseph K., who, contrary to the dictates of the time, questioned, pointed, criticized and basically talked a movement contrary to expectations. It is therefore through the speech of Mr. Joseph K. who seek to understand the size of this contemporary romance.

Keywords: mental health, law, psychology and bureaucracy.

¹ Professora dos Cursos de Direito e Psicologia do Cesuca, Doutora em Psicologia.

1. O início - Um pesadelo: em busca de um culpado

Como apreciadoras das palavras, percebemos que este romance, o qual traz a palavra “processo” logo em seu título, de início já demonstra para o que veio.

O termo “processo” suscita algo em andamento. Utilizaremos a acepção desta palavra, derivada do latim, em que proceder indica a ação de avançar, de ir para frente (*pro-cedere*), sendo um conjunto sequencial de ações com um objetivo comum. Este é, portanto, o primeiro elemento-informação para nos guiar e conduzir na leitura.

Kafka ambientou este romance em seu local de origem, um país soviético de clima frio e de uma ideologia calcada em um sistema burocrático, no qual a máquina estatal anda de tal forma organizada, como se autônoma fosse, e como se não houvesse pessoas protagonizando as relações sociais. A burocracia apresenta-se como o segundo elemento-informação. É neste contexto em que vamos apresentar o romance de Kafka, afirmando que o pesadelo de Joseph K. (a quem passaremos a chamar de Sr. K.) se inicie no seu despertar. Consideramos que a experiência onírica apresentada no preâmbulo do texto traz, em si, a ideia de algo confuso, como próprio de sonhos. Neste caso, contudo, há a sugestão de que esta seja a parte mais lógica e coerente de todo o romance. Imagine: o sonho sendo a parte mais lógica de todo o texto. Isto nos conduz à ideia de que, tal como em um sonho, este romance se apresenta cheio de idas e vindas de coisas que se interpõem, de pessoas que se misturam, de desejos encobertos e de todo o tipo de atravessamentos.

Sendo assim, é em seu despertar, às seis horas da manhã, que o Sr. K. se vê envolvido em um determinado processo do qual, ao longo de todo o texto e até a sua morte, nunca veio a saber a razão, o porquê estaria sendo processado. Ocorre a ideia de certa determinação, de certa obviedade de que, havendo um processo, a existência de um culpado é certa, e, portanto, já que há um culpado, também existe a necessidade de pagamento da culpa.

Neste sentido, entendemos que a palavra “determinado” ocupa aqui também um lugar de elemento-informação em destaque, tal qual vamos buscar evidenciar. “Determinado” vem do verbo determinar, do latim *determinare*, do qual *de* é um prefixo de negação, e *terminare* significa terminar, limitar, finalizar. Então, determinar significa não terminar, não limitar. Já a

palavra determinismo vem da teoria filosófica de que todo o acontecimento (inclusive o mental) é explicado pela determinação, ou seja, por relações de causalidade. Assim, todo o fenômeno tem uma causa e, reproduzindo-se as condições, a causalidade repete-se. É esse determinismo que perpassa o romance do início ao fim: o Sr. K foi acusado. Ainda que a causa da acusação não tenha sido, em nenhum momento, posta em evidência, havia uma (suposta) razão que foi ardilosamente buscada pelas figuras dos policiais ou “guardas”, que foram os primeiros agentes do Estado com os quais o Sr. K. teve contato. Encontramos, neste momento, mais um elemento-informação da trama, qual seja, o “guarda”. A pergunta aqui seria: mas o que guarda este guarda? Ou ainda, para que serve um guarda? Ao longo do romance, no transcorrer das páginas, vamos entendendo que o guarda guardava “a” porta. Vejamos bem: ele não guarda uma porta, e sim “a” porta. Aqui é preciso pensarmos que elemento-informação temos então com a ideia de um guarda a guardar a porta. E, diz Kafka, na fala de um guarda: “o menor de todos os guardas, é maior que o Sr. K.” Há aqui a ideia da dimensão do poder, sendo, neste sentido, o guarda um guardador das relações de poder às quais o Sr. K. é submetido.

Sem dúvidas, vislumbramos, neste momento, a ideia da existência de um segredo, de algo grande, de tamanha importância que faz necessário a guarda diuturnamente da porta, atrás da qual há algo cujas dimensões, valores, importância, nada se sabe até então. E o processo em andamento dá a ideia de causalidade, que vai se fazendo mais presente quando o Sr. K. cai na armadilha criada pelos policiais (guardas), de induzirem fatos, que neste processo são palavras, de modo que, a cada vez que ele repetisse a palavra enunciada por um dos policiais, esta seria apontada no relatório do inspetor, como se tivesse sido pronunciada (ou denunciada) pelo próprio Sr. K. O inspetor faz uso da palavra, colocando-a numa cadeia determinista e propondo, inversamente, que quando o Sr. K., pronuncie a palavra, lhe proporcione o grau de evidência de causalidade. Dizendo em outras palavras, quando o Sr. K. fala, ele dá a certeza da veracidade do caminho indicado pelos policiais, como se o curso do processo tivesse sido guiado pelo acusado. Desta forma, o pesadelo vai ardilosamente sendo tecido.

Uma das máximas em um inquérito policial, assim como em um processo judiciário em curso, é que ele é caracterizado justamente pela informação dada. Desta forma, então, é informado ao suposto réu que: “tudo o que disseres será usado contra ti” como é usualmente

dito em inquéritos policiais contradizendo o princípio de interação humana, no qual, conforme Lins(2000) ocorre pela e na conversação. Entretanto, nesta obviedade, cria um clima propício ao silêncio. Agindo desta forma, ou seja, silenciando, a pessoa acusada evita de expor-se a qualquer possibilidade de dar subsídios ao acusador. Mas não foi isto o que pudemos acompanhar o tempo todo, como a atitude do Sr. K. Contrariando mais uma vez a ordem das coisas, o Sr. K. faz uso contínuo de seu direito de expressar-se, fazendo de sua oratória, ao mesmo tempo, um motivo para enredá-lo mais no tal processo e um único recurso para salvar-se, ou seja, uma tentativa de libertar-se através do discurso proferido.

Ocorre é que esta política, ou forma de ação policiaisca, serviu para amedrontar, criando um clima persecutório através do qual as relações de poder passaram a ser estabelecidas. Aquele que tem maior poder, maior pressão faz. E, numa sucessão de pequenos poderes, as relações vão sendo sucessivamente estabelecidas, numa profusão de acusações e responsabilizações todas dirigidas ao Sr. K., como se ele fosse um culpado de antemão, por excelência, dando-lhe, então, um caráter determinista. Por isso que neste processo em que o Sr. K. foi submetido havia uma referência ao fato de que, mesmo o menor dos guardas é alguém maior ou mais poderoso do que ele próprio. O poder, aqui se entenda, é um segredo, algo que, a bem da verdade, ninguém sabe ou ousa sabê-lo e que está devidamente salvaguardado atrás da porta.

Mas o cerne de todo esse processo é que o acusado aceite resignadamente a acusação. Coisa que, aliás, o Sr. K. não faz. O Sr. K. não se cala, não se resigna, não aceita passivamente o desenrolar do processo. Milton Nascimento tem uma poesia chamada “Menino”, em que, diante de um menino que foi morto pela polícia militar, nos tempos da ditadura no Brasil, ele diz:

“quem cala sobre o teu corpo consente na tua morte, talhada a ferro e fogo nas profundezas do corte que a bala riscou no peito. Quem cala morre contigo, mais morto que estás agora, relógio no chão da praça, batendo avisando a hora que a raiva traçou no tempo, no incêndio repetindo o brilho do teu cabelo, quem grita, vive contigo....” (Milton Nascimento, letra da música - O menino.)

Esta poesia vem à mente como uma ilustração do que se sucede com o protagonista deste romance. Ao não se calar e clamar por seus direitos, o primeiro deles o de entender qual

a razão do processo, e, talvez, o segundo deles, o direito à voz, o Sr. K. dá, concomitantemente, voz a toda a história, criando seu dinamismo. Portanto, o duplo do processo é, neste caso, este: o que o pode salvar é o que o pode matar, ainda que se recuse a morrer precipitadamente em vida.

2. A cura pela fala

A oralidade é que dá ao ser humano não apenas o sustento da vida, mas também a capacidade de simbolização e de significado às coisas. Estes são, sem dúvida, o ínfimo fio que nos separa do mundo unicamente animal, nos possibilitando a qualidade de nos tornarmos criaturas e criadoras de nossa própria história. A burocracia Estatal, contrariando o dinamismo da vida, impede o transcorrer da espontaneidade e das liberdades humanas. Portanto, a capacidade da oratória, o discurso que podemos fazer é a representação de nossa capacidade de interagir socialmente, de construir relações e coisas entre os seres humanos. Esta foi a grande tentativa protagonizada pelo Sr. K. Ele, o tempo todo, protesta, clama, reclama, indaga, aponta, critica. Todas essas adjetivações são manifestações feitas por ele, em prol de manter a posse de sua própria vida, de manter-se são e, nesta condição, de sujeito são, apropriar-se de sua vida.

Percebe-se, no andar da história, a presença de uma multidão de homens processados, e que nenhum deles, ao longo de muitos anos, recebeu alguma notificação do andamento processual. Mas nota-se que havia em comum entre todos esses homens um estado de resignação, de aceitação passiva do andamento (e da morosidade) no transcorrer de seus processos. É apenas na figura do Sr. K. que ocorre uma modificação no estado das coisas. É ele quem protesta, quem se recusa em aceitar o determinado, como se fosse a única ordem das coisas. Protestando, ele fala, e falando quebra o silêncio que segrega todo o poder estatal e processual sobre os homens. Nenhum destes homens, fora o Sr. K., aventurou-se a perguntar, a reagir e a não aceitar o dado como a ordem das coisas, o imposto como a verdade inquestionável. Essa verdade é representada, no romance em pauta, como uma enorme porta que tem, à sua frente, guardas, e que, ironicamente, esta porta só tem uma utilidade: a de ser aberta e transporta pelo único real protagonista, o Sr. K. Aqui é sugerida a ideia da condição da própria vida, que só pode ser vivida pelo sujeito em questão, e não por outro, de que a vida é uma experiência única, não repetível, ainda que muitos sejam os viventes. Sendo esta também, sem dúvidas, a grande experiência humana da solidão, uma vez que esta experiência

não tem como ser partilhada.

Perceber qual é a sua porta, construir qual é o seu caminho é exclusividade humana, e a experiência vivida pelo Sr. K. é tão humana que ele é conduzido para o local de oratória em que toda a representação do sistema judiciário está reunida, assim como uma série de outros homens, possivelmente na condição de processados, também ali se encontram. O Sr. K. é conduzido neste auditório pelas mãos de uma criança, de um menino. Pode-se, portanto, fazer uma analogia do desenvolvimento desta experiência humana, em que a criança em nós vai nos conduzindo pela nossa vida, a partir daquilo que nos é possível elaborar, em nossa própria e única experiência. Este é o grande dilema: não há quem nos diga, quem nos aponte o caminho. Há apenas nós mesmos e nosso desejo e coragem de caminhar e construir nossa vida, ou nossos medos, impedindo o caminhar e o transcorrer da vida. Estes são os aspectos da subjetividade humana, retratados na pessoa do Sr. K., como aquele que faz uso do poder de sua liberdade, ainda que contrariando todo um sistema que se opõe a esta liberdade, dando um ritmo pesado à própria vida, na medida em que estabelece regramentos sociais e cria um sistema judiciário estatal, contrapondo-se ao próprio ritmo da vida.

Esta parece ter sido a lógica fundante do início deste processo. Este romance nos induz a pensar que o processo, ao qual tanto o Sr. K. como outros homens foram submetidos, trata-se da própria vida. Aliás, todo o sujeito que, no âmbito das relações sociais estatais, se encontre com um processo judicial, ou até mesmo policial, ativo, sabe tratar-se de sua própria vida, como sabe também que não deve ser agradável este sentimento, esta percepção de ter a sua vida nas mãos, por assim dizer, da máquina estatal, gerindo o seu processo, que, em outras palavras, é a sua própria vida. Neste sentido, pode-se pensar aqui em qual seja o papel, tanto do sistema judiciário como um todo, como o papel dos advogados, enquanto operadores da lei que devem estar ali, junto ao processado, instruindo-o para que este sujeito retome para si a sua vida, a sua liberdade. Então, todo o processo há de conter em si aspectos de uma objetividade, com a qual o judiciário vai se pautar para agir, ao mesmo tempo em que contém também, aspectos de subjetividades, que vão dando um caráter singular, diferente de outros processos, ou, em outras palavras, destituindo-o do caráter burocrático, repetitivo, maciçamente igual a todos os outros. Há, necessariamente, em todo o processo, por mais denso que seja, o caráter de ser uma versão da vida de alguém. Sendo assim, este processo deveria romper, imediatamente, com qualquer caráter de burocracia, posto haver, em todas as

situações, um sujeito ali envolvido.

Para termos uma garantia disto que aqui afirmamos, vamos nos pautar na criação do próprio direito da figura da pessoa jurídica, que, neste entendimento, cria a burocracia. Ora, enquanto boa parte da humanidade ainda se encontra em voltas com a definição dos aspectos de sua própria humanidade, definindo-se enquanto animal racional e diferenciando-se, portanto, dos animais irracionais, o direito, na ponta ascendente de tais questões frente à existência, cria a figura da pessoa jurídica. Vejamos: por pessoa, fora do âmbito do direito, trata-se do ser humano; no âmbito do direito é preciso que se defina de que pessoa se está falando. Ou seja, neste âmbito há pessoas humanas e pessoas não humanas. Neste sentido, o discurso do direito pode parecer um ato redundante, quando, em verdade, refere-se a um aspecto muito específico ao tratar, por exemplo, da dignidade da pessoa humana. Ora, para qualquer um, fora do código semântico jurídico, é possível afirmar que dignidade é próprio da pessoa, e pessoa humana é um pleonasmo. Mas não no direito, uma vez que este instituto criou o que apontamos acima como pessoa jurídica. Ora, mas o que vem a ser isto, afinal das contas? Para quem é de fora do direito, tal instrumento é um recurso criado para uma dicotomia estrategista. Primeiro personaliza-se algo que não é de pessoa, neste caso, o jurídico, e, por não se tratar efetivamente de pessoa, lhe é retirada a responsabilidade responsiva. E, assim, este ente jurídico responde, sem ter quem responda em seu lugar. Torna-se, deste modo, uma entidade processual, sem, resumidamente, digital. Por digital quer-se representar o limite máximo de individualização, posto que ali, na digital, encontra-se todo nosso potencial genético humano e personalíssimo, posto ser a identidade única, sem igual. Este é um caráter da pessoa, do ser. O direito, contudo, consegue lidar com seres abstratos, etéreos, dando vida, nesta lógica, a um sistema burocrático, acima da própria experiência humana. Como se, tal qual compartilhamos na leitura deste romance, puséssemos a pessoa de lado e ficássemos conjecturando sobre o processo, a despeito da existência real e concreta de um ser humano, ou dos dizeres jurídicos, da dignidade da pessoa humana.

Toda essa burocracia é denunciada no processo como algo criado e instituído pelo próprio sistema burocrático judiciário, que torna a experiência humana algo pesado, enfadonho e até mesmo sem sentido. A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu que saúde é, mais do que a ausência de doenças, nossa capacidade em lidar com as adversidades da melhor forma possível, mesmo em que pese, para isto, um contínuo movimento de

equilíbrio entre a falta de saúde e a busca do estado (impermanente) de saúde. Neste sentido, não há dúvidas de que, mesmo que o Sr. K. seja também um burocrata, que no texto ele define muito bem ao afirmar que os policiais só o pegaram porque o fizeram enquanto ele se encontrava de pijamas, em seu leito, e que, se acaso eles tivessem se dirigido ao seu escritório, eles não o teriam pegado, supostamente porque lá, no escritório, ele estaria mais bem defensivo, com todo o mesmo aparato burocrático, mesmo o Sr. K. estando totalmente imerso no sistema burocrático, que é representado pela própria estrutura social em que está inserido, mesmo com todas estas condições aparentemente adversas, o Sr. K. é o representante, entre todos aqueles homens e mulheres que figuram neste romance, da condição de quem mantém seu juízo e sua sanidade mental. Em nenhum momento ele abriu mão da sua condição de ser pensante, questionador, possuidor da uma oratória, e, utilizando-se dela, valeu-se do único recurso possível a dar um sentido, ainda que aparentemente sem sentido, para a sua experiência de vida.

É apenas ao ser humano que a experiência da oratória é possibilitada. O Sr. K. defendeu-se através deste recurso o quanto pode. A oralidade humana é um princípio, é um instrumento que o conduz durante toda a vida. Nascemos na experiência da oralidade: mamamos e conhecemos todo o universo que acessamos através, primeiro, desta oralidade. Toda vez que nos vinculamos socialmente, o fazemos através da oralidade, posto que a nossa capacidade simbólica de falar e de criar linguisticamente se dá em toda a relação interpessoal. Quando necessitamos de transcendência, oramos, e, através desta oração, fazemos ou buscamos o contato que consideramos ser necessário.

O Sr. K. orou o tempo todo, e, mesmo que tenha sido levado à morte por seu inconformismo em calar-se diante do inaceitável, ele lutou a vida toda por seu direito à liberdade. O Sr. K. foi conduzido à morte, mas o fez no máximo do sentido do que é a liberdade, uma vez que tenha morrido defendendo sua liberdade, ao passo que muitos dos outros homens que também se encontraram com suas vidas em processo, calaram-se diante da máquina estatal judiciária que os processava. E estes se encontraram mortos em vida, uma vez que se mantiveram calados diante da própria injustiça que lhes acometera. O Sr. K. definiu-se, portanto, no processo, entre duas grandes possibilidades: ou morrer com dignidade e liberdade de opção, ou viver indignamente, não reconhecendo que esta também é uma opção do ser.

Para finalizar, trago a oratória de uma mulher, no que se refere ao quesito liberdade,

lembrando a todas as mulheres que apareceram neste romance como sujeitos manipulados e encaradas dentro da cadeia de impossibilidades, sempre como personagens secundárias, subservientes. Eis a fala de uma grande mulher para libertar a todas aquelas pessoas, homens e mulheres, que não conhecem o sentido de ser livre:

“Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda. E a vizinhança não dorme: murmura, imagina, inventa. Não fica bandeira escrita, mas fica escrita a sentença.” (Mireles, 1965)

Referências bibliográficas:

FREUD, Sigmundo Obras Completas. Editora Companhia das Letras, Vol 4 e Vol 5, A Interpretação dos sonhos. 2010.

KAFKA, Franz O Processo. L& PM Editores, 2006.

MEIRELES, Cecília Romanceiro da Inconfidência , Ed.Letras e Artes,1965

MICHAELIS - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. On-line:
<http://michaels.uol.com.br>

LINS, Maria da Penha Pereira. Anticonversa na televisão brasileira: uma análise do programa Manhattan Connection. *Contexto* Revista do Departamento de Línguas e Letras – UFES. Vitória, ano VIII, v. 7, 2000.

WORD HEALTH ORGANIZATION. Anniversary of smallpox eradication. Geneva, WHO Media Center, 18 June, 2010.